PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Curso de Ciências Contábeis

Caroline da Silva Cordeiro

**CONTABILIDADE AMBIENTAL:
O Papel da Contabilidade Ambiental:
Um estudo de caso da empresa Natura Cosméticos S.A**

**Belo Horizonte
2012**

Caroline da Silva Cordeiro

**CONTABILIDADE AMBIENTAL:
O Papel da Contabilidade Ambiental:
Um estudo de caso da empresa Natura Cosméticos S.A**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Ciências Contábeis do Instituto de Ciências Econômicas e Gerenciais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel em Contabilidade.

Orientador: Adalberto Gonçalves Pereira

Área: Contabilidade Gerencial

**Belo Horizonte
2012**

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS

Instituto de Ciências Econômicas e Gerenciais

Curso de Ciências Contábeis

Trabalho de conclusão de curso apresentada ao Curso de Ciências Contábeis do Instituto de Ciências Econômicas e Gerenciais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Contabilidade.

**CONTABILIDADE AMBIENTAL:
O Papel da Contabilidade Ambiental:
Um estudo de caso da empresa Natura Cosméticos S.A**

RESUMO DAS AVALIAÇÕES:

1. Do professor orientador

2. Da apresentação oral

3. Nota final

CONCEITO

***Á minha mãe Hilma Silva e ao meu
namorado Anderson Cesar, pela força carinho
e dedicação.***

AGRADECIMENTOS

A todos que contribuíram para a realização deste trabalho, fica expressa aqui a minha gratidão, especialmente:

Ao Professor Adalberto Gonçalves Pereira, pelo aprendizado e apoio em todos os momentos necessários.

A minha mãe por ter me apoiado em todas as minhas decisões durante todo o meu curso e não só nele, mas em toda minha vida.

Aos meus colegas de classe pela rica troca de experiência.

Aos bibliotecários, pela ajuda Incondicional.

A todos, que de alguma forma, contribuíram para esta construção.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	8
1.1	Formulação do Problema.....	8
1.2	Metodologia de Pesquisa.....	9
1.3	Estrutura do Trabalho.....	10
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	11
2.1	Responsabilidade Social.....	11
2.2	Aspectos Teóricos da Contabilidade Ambiental.....	11
2.3	Legislação Ambiental no Brasil.....	12
2.4	Contabilidade Ambiental.....	12
2.4.1	Ativo Ambiental.....	12
2.4.2	Passivo Ambiental.....	13
2.4.3	Receita Ambiental.....	13
2.4.4	Custos e Despesas Ambientais.....	14
2.5	Evidenciação Contábil das Informações Ambientais.....	14
3	NOTAS EXPLICATIVAS.....	17
4	ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES AMBIENTAIS.....	18
5	ESTUDO DE CASO.....	18
5.1	Definição de Metas para a Política Ambiental.....	22
6	CONCLUSÃO.....	26
	REFERÊNCIAS.....	27

RESUMO

Após uma revisão bibliográfica, foi feito um estudo de caso que me permitiu abordar se as normas contábeis disponíveis que tratam da contabilidade ambiental são suficientes e eficazes no atendimento das necessidades de informações dos acionistas e demais interessados como fornecedores, clientes, empregados, governo etc. através dos relatórios disponibilizados no site da empresa Natura Cosméticos S.A. A conclusão é que há nitidez nas informações e facilidade de leitura do seu relatório anual e além de um grande comprometimento com o meio ambiente. Ademais são suficientes e eficazes no atendimento das necessidades de informações dos acionistas e demais interessados, como fornecedores, clientes, empregados, governo etc.

1 INTRODUÇÃO

As empresas estão inseridas em um contexto no qual a adoção de políticas e diretrizes de gestão ambiental são imprescindíveis. Na condução dos negócios, a empresa pratica e é submetida a uma série de eventos de natureza ecológica que são refletidos em seu patrimônio de forma variada.

Normalmente, a adoção de uma política ambiental envolve valores monetários consideráveis que merecem tratamento e análise minuciosa.

1.1 FORMULAÇÃO DO PROBLEMA

O tema "contabilidade ambiental" nos leva a pensar no bem estar das pessoas e do meio ambiente e foi escolhido para este estudo. O título dado ao estudo foi "o papel da contabilidade ambiental. Estudo de caso da empresa Natura Cosméticos S.A."

A contabilidade, no cumprimento de seu papel de fornecedora de informações específicas para cada tipo de usuário, tem normas e procedimentos que são aplicáveis a itens ambientais.

Portanto, cabe averiguar:

- ✓ As normas contábeis disponíveis que tratam da contabilidade ambiental são suficientes e eficazes no atendimento das necessidades de informações dos acionistas e demais interessados, como fornecedores, clientes, empregados, governo etc. quando aplicada em uma entidade?

O objetivo geral da pesquisa foi avaliar os princípios e normas contábeis aplicáveis ao reconhecimento, classificação, mensuração, contabilização e evidenciação de eventos econômicos de natureza ambiental.

Foram objetivos específicos:

- Descrever a Contabilidade Ambiental;
- Apresentar as normas aplicáveis aos eventos econômicos no meio ambiente;
- Conceituar Ativo e Passivo Ambiental;
- Identificar as práticas empresariais aplicadas no meio ambiente;
- Avaliar os impactos degradáveis produzidos pela linha de produção;
- Caracterizar a responsabilidade social.

A contabilidade ambiental é um tema que merece atenção e estudo especial por tratar de recursos naturais e de necessidades para crescimento econômico, bem estar da sociedade entre outros. Com o passar dos anos, as políticas ambientais mostram uma tendência mundial à preservação de recursos naturais do mundo o que antes era tratado apenas como matéria-prima nos processos industriais.

Justifica-se o estudo em proporcionar um maior conhecimento sobre a forma de divulgação das informações ambientais, o tratamento dado a algumas questões como evidenciação, mensuração em uma entidade.

O tema é amplo, envolve considerações sobre os mais diversos assuntos. No entanto a abrangência desta monografia ficou restrita a mensuração dos impactos da atividade empresarial no meio ambiente, avaliação do desempenho ambiental da empresa com o risco ambiental e as vantagens da utilização de informações processadas pela contabilidade ambiental.

1.2 METODOLOGIA

O método usado tem como base em uma pesquisa bibliográfica, "é um estudo sistematizado desenvolvido com

base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público em geral." (VERGARA, 2010, P. 43).

O trabalho foi feito como estudo de caso, "é a pesquisa sobre um determinado indivíduo, família, grupo ou comunidade que seja representativo do seu universo, para examinar aspectos variados de sua vida" (VERGARA, 2010 p.44).

Foi feita por amostragem que é uma parte do universo escolhida segundo um critério de representatividade. Segundo Vergara (2010), existem dois tipos de amostra: probabilística, baseada em procedimentos estatísticos, e não probabilística (por acessibilidade, aleatória, por tipicidade, e outros). A escolhida para este trabalho foi a não probabilística. As informações utilizadas foram retiradas do próprio site da empresa.

1.3 ESTRUTURA DO TRABALHO

O objetivo geral do trabalho é avaliar os princípios e normas contábeis aplicáveis ao reconhecimento, classificação, mensuração, contabilização e evidenciação de eventos econômicos de natureza ambiental.

O referido trabalho compõe se em seis capítulos, sendo o primeiro capítulo a introdução que expõe o cenário da contabilidade ambiental.

O segundo capítulo, apresenta os conceitos e evidenciações contábeis das informações ambientais.

No terceiro capítulo, encontra-se as políticas contábeis das notas explicativa.

No quarto capítulo, encontra-se a análise das informações contábeis.

No quinto capítulo, apresenta se o estudo de caso da Natura Cosméticos S.A.

E por ultimo, o sexto capitulo, apresenta a conclusão referente ao estudo de caso.

2 REFERENCIAL TEORICO

2.1 RESPONSABILIDADE SOCIAL

Segundo Riahi-belkaoui (1999 p.01), para a aplicação da responsabilidade social torna-se necessário contemplar três categorias no campo de atuação das organizações:

Adoção de ética de Contabilidade Econômico-Social, fundamentais ao processo de mensuração e avaliação dos resultados financeiros resultantes da adoção de determinadas praticas, atendo em vista o desenvolvimento sustentável da sociedade;
Manutenção da reputação corporativa;
Eliminação das praticas fraudulentas por parte de seus dirigentes e funcionários.

2.2 ASPECTOS TEÓRICOS DA CONTABILIDADE AMBIENTAL

Os objetivos da contabilidade, segundo Iudícibus (2004), podem ser encarados sob duas abordagens distintas. A primeira refere-se ao fornecimento de informações que atendam, igualmente, a todos os usuários, independentemente de sua natureza. Pela segunda abordagem, a contabilidade deveria fornecer informações diferenciadas, de acordo com os interesses de cada tipo de usuário.

Silva (2003, p.81) explica que:

A contabilidade ambiental surge não tão somente para atender à finalidade exclusivamente particular e única das empresas (interesse dos sócios e acionistas em não incorrer em prejuízos), mas também à finalidade social de demonstrar em termos monetários o grau de destruição potencial em contrapartida às ações de conservação e preservação do bem maior da humanidade: o meio ambiente.

2.3 LEGISLAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL

Existe a Política Nacional do Meio Ambiente conduzida pela lei 6.938 de agosto de 1981, preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento sócio-econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana.

A Lei 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, estabelece as medidas repressivas penais e administrativas para os que cometerem transgressões contra o meio ambiente, considerando como violador tanto a pessoa jurídica como a pessoa física responsável pelos atos das empresas.

Com Lei 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, é criado o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, autarquia federal dotada de personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e financeira, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente.

2.4 CONTABILIDADE AMBIENTAL

2.4.1 Ativo Ambiental

Segundo RIBEIRO (2006, p. 61), os ativos ambientais são constituídos por: todos os bens e direitos possuídos pelas empresas que tenham capacidade de geração de benefícios econômicos em períodos futuros e que visem à preservação, proteção e recuperação ambiental. Com o intuito de demonstrar seu empenho na preservação do meio ambiente, eles devem ser segregados em linha à parte das demonstrações contábeis.

Assim sendo, ativos ambientais são todos os bens da empresa que visam à preservação, proteção e recuperação ambiental e devem ser segregados em linha a parte no

Balanço Patrimonial, conforme Martins e De Luca (1994, p.26).

2.4.2 Passivo Ambiental

Para que se possa mensurar um passivo ambiental se faz necessário um estudo aprofundado de todos os gastos possíveis em seu controle. Tinoco e Kraemer (2004, p. 184), descrevem estes gastos da seguinte forma:

- a) custos incrementais diretos que podem ocorrer com a reparação;
- b) custos dos salários e encargos sociais aos trabalhadores vinculados ao processo de restauração ambiental;
- c) obrigações de controle após a reparação dos danos ambientais; e
- d) progresso tecnológico à medida que seja provável que as autoridades públicas recomendem a utilização de novas tecnologias.

Na opinião do IBRACON (1996, p.5): "O passivo ambiental pode ser conceituado como toda agressão que se praticou/pratica contra o meio ambiente e consiste no valor de investimentos necessários para reabilitá-lo, bem como multas e indenizações em potencial."

De acordo com o Comitê de Pronunciamento contábil - CPC 25, o reconhecimento do passivo ambiental deve atender aos seguintes requisitos:

- (a) a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado;
- (b) seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e
- (c) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

2.4.3 Receita Ambiental

Elas decorrem, como relatam Tinoco e Kraemer (2004), de prestação de serviços especializados em gestão ambiental; venda de produtos elaborados de sobras de insumos com o processo produtivo; venda de produtos reciclados; receita de aproveitamento de gases e calor; redução do consumo de matérias-primas; redução do consumo de água; redução do consumo de energia.

Tinoco e Kraemer (2004, p.190) destacam: empresas que investem em meio ambiente provocam melhorias em seu desempenho econômico, financeiro, ambiental e social, incentivando o incremento da produtividade dos recursos utilizados em seu processo produtivo, que poupadores de recursos podem ser por analogia considerados receitas, além de contribuírem para a redução dos impactos ambientais.

2.4.4 Custos e Despesas Ambientais

Custos e despesas ambientais são gastos (consumo de ativos) aplicados direta ou indiretamente no sistema de gerenciamento ambiental do processo produtivo e em atividades ecológicas da empresa. Quando aplicados diretamente na produção, estes gastos são classificados como custo e se forem aplicados de forma indireta são chamados de despesa.

Na visão de Ribeiro (1992, p.80):

O valor dos insumos, mão de obra, amortização de equipamentos e instalações do processo de preservação, proteção e recuperação do meio ambiente, bem como serviços externos e os gastos para realização de estudos técnicos sobre a metodologia e procedimentos adequados podem constituir-se em exemplos de custos e despesas ambientais.

2.5 EVIDENCIAÇÃO CONTÁBIL DAS INFORMAÇÕES AMBIENTAIS

Evidenciar significa "tornar evidente, mostrar com clareza, comprovar" (AURÉLIO, 1999), ou seja, evidenciação

consiste em tornar claro algo que não ofereça dúvida. Assim sendo, evidenciação contábil refere-se às informações que a empresa torna disponível através das demonstrações e relatórios contábeis.

Tinoco e Kraemer (2004, p.256) explicam que o objetivo da evidenciação contábil seria:

O de divulgar informações do desempenho econômico, financeiro, social e ambiental das entidades aos parceiros sociais, os stakeholders, considerando que os demonstrativos financeiros e outras formas de evidenciação não devem ser enganosos.

A evidenciação contábil, para Hendriksen e Van Breda (1999, p.512), é comentada de maneira restrita pelos contadores ao afirmarem que:

Os contadores tendem a utilizar essa palavra num sentido ligeiramente mais restrito, tratando da veiculação de informação financeira a respeito de uma empresa dentro de um relatório financeiro, geralmente o relatório anual.

Para estes autores, as demonstrações financeiras representam apenas um componente de um sistema de divulgação muito mais amplo.

O patrimônio das entidades, as informações ambientais, por estarem intrinsecamente relacionadas ao patrimônio, devem ser evidenciadas, independentemente da forma de divulgação, isto é, na essência são informações que podem modificar o patrimônio das entidades e, sendo assim, precisam constar nas demonstrações contábeis não importando a forma ou maneira utilizada.

A evidenciação segregada das informações ambientais pode ser considerada como uma das contribuições da contabilidade para a preservação e proteção ambiental. Portanto, em relação ao balanço patrimonial, segundo Ribeiro (2005, p.111), "os ativos ambientais devem ter

classificação, controle e divulgação destacadas nos grupos do Ativo”.

Quanto aos passivos ambientais, também devem ser informados de maneira segregada, em subgrupos específicos das exigibilidades. As notas explicativas deverão ser utilizadas para discriminar a composição e respectivos valores dos passivos ambientais ou quando não for possível uma mensuração adequada, porém quando existir uma obrigação relevante, ela deverá constar do próprio balanço patrimonial.

Os custos ambientais também devem ser evidenciados de maneira segregada na Demonstração do Resultado do Exercício, devendo os mais relevantes, ainda serem discriminados por natureza nas notas explicativas. Raupp (2002, p.56) explica como os custos ambientais devem ser reconhecidos e contabilizados: “os custos ambientais serão reconhecidos, independentemente de desembolso” (Princípio Contábil da Competência) e imediatamente incorporados ao bem e/ou serviço que vise, única e exclusivamente, à preservação do meio ambiente, no momento de sua ocorrência, sendo que sua classificação contábil se dará no ativo permanente imobilizado ambiental ou ativo permanente diferido ambiental, desde que tais custos e/ou serviços aumentem a vida útil do bem incorporador por prazo superior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.

Além dos custos, todas as receitas e despesas consideradas como ambientais precisam constar da Demonstração do Resultado do Exercício de maneira segregada, sendo discriminadas e detalhadas em notas explicativas. Quanto maior for o detalhamento dessas informações ambientais, melhor será a qualidade das informações contábeis.

Como comentado anteriormente, uma forma utilizada pelas empresas para divulgar informações menos técnicas,

mas que possam apresentar um panorama do cenário em que estão inseridas, é o Relatório da Administração, no qual podem ser utilizados recursos como gráficos, tabelas, quadros comparativos dentre outros.

A Comissão de Valores Mobiliários - CVM, através dos Pareceres de Orientação 15/87, 17/89 e 19/90, comenta sobre o Relatório da Administração especificando quais as informações que devem constar desse relatório. Basicamente, seriam as mesmas informações especificadas pela Lei 6.404/76, porém, como recomendação, seriam abordados alguns outros itens tidos como de extrema importância para os usuários.

Ponte e Oliveira (2004, p.11) descrevem que um desses itens se refere à "proteção ao meio ambiente" em que constariam a descrição e os objetivos dos investimentos efetuados e o montante aplicado. No entanto, essas autoras realizaram um estudo no qual comprovaram que apenas 29% das empresas divulgam as informações sobre proteção ao meio ambiente no Relatório da Administração e apenas 5% em Notas Explicativas.

3 NOTAS EXPLICATIVAS

As notas sobre política contábil devem descrever as normas adotadas para contabilizar as medidas de proteção de meio ambiente ativas, por exemplo, de acordo com Tinoco (1994,p. 30)

- a) o reflexo nas operações do montante relacionado com as medidas ambientais;
- b) a origem do financiamento e à política de amortização;
- c) a consignação dos passivos;
- d) criação de provisões e de reservas para atender a casos de acidentes ecológicos;
- e) a divulgação da informação sobre passivos eventuais;
- f) ao critério aplicado as subvenções oficiais.

Quanto às notas explicativas recomenda-se a inclusão das políticas contábeis adotados para a mensuração da proteção ambiental, como segue de acordo com Martins & De Luca (1994, p. 27)

- a) inclusão das despesas operacionais;
- b) capitalização e amortização;
- c) registro de exigibilidades;
- d) estabelecimento de provisões e reservas para contingências;
- e) evidenciação das obrigações contingentes; seguro contra danos e prejuízos;
- f) tratamento dos subsídios e incentivos (governamentais e outros).

4 ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES AMBIENTAIS

As empresas que negociam seus papéis na BOVESPA são obrigadas pela CVM a apresentar e divulgar suas demonstrações contábeis exigidas pela Lei 11.638/07. Também é disponibilizado o preenchimento de quadros com informações não obrigatórias, dentre as quais estão incluídas as informações ambientais, ou seja, mesmo não havendo a obrigatoriedade de preenchimento, a CVM disponibilizam as empresas, ferramentas para que possam demonstrar seu comprometimento junto ao meio ambiente.

5 ESTUDO DE CASO

Natura Cosméticos S.A é uma sociedade de capital social aberto composta exclusivamente por ações ordinárias, com sociedade situada no Chile, Peru, Argentina entre outros países, possui em cerca de 5.483 mil colaboradores no Brasil, localizada em uma área de 646 mil metros quadrados, a sede da Natura está dentro de uma Área de Proteção Ambiental na Rodovia Anhanguera, em Cajamar (SP). Apresenta uma receita líquida consolidada de R\$ 1.275,8 milhões no terceiro trimestre de 2012, e atua no mercado com o desenvolvimento, a industrialização, a distribuição,

a comercialização de cosméticos, fragrâncias em geral e produtos de higiene pessoal.

A Natura para ostentar seu compromisso possui diversas entidades onde a Sociedade tem o poder de governar as políticas financeiras e operacionais para obter benefícios de suas atividades e nas quais normalmente há uma participação societária superior a 50% segue abaixo as suas controladas:

Participação Direta	Participação %
Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda.	99,99
Natura Cosméticos S.A. - Chile	99,99
Natura Cosméticos S.A. - Peru	99,94
Natura Cosméticos S.A. – Argentina	99,97
Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda.	99,99
Natura Cosméticos y Servicios de Mexico, S.A. de C.V.	99,99
Natura Cosméticos de Mexico, S.A. de C.V.	99,99
Natura Distribuidora de Mexico, S.A. de C.V.	99,99
Natura Cosméticos Ltda. – Colômbia	99,99
Natura Cosméticos España S.L. - Espanha	100,00
Natura (Brasil) International B.V. - Holanda	100,00

Participação indireta:	Participação %
Via Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda.:	
Natura Logística e Serviços Ltda.	99,99
Via Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda.:	
Ybios S.A. (consolidação proporcional - controle conjunto)	43,33
Natura Innovation et Technologie de Produits SAS - França	100,00
Via Natura (Brasil) International B.V. - Holanda:	
Natura Brasil Inc. - EUA - Delaware	100,00
Natura International Inc. - EUA - Nova York	100,00
Natura Worldwide Trading Company - Costa Rica	100,00
Natura Brasil SAS - França	100,00
Natura Brasil Inc. - EUA - Nevada	100,00
Natura Europa SAS - França	100,00

As atividades das controladas diretas e indiretas são como segue:

- Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda.: suas atividades concentram-se, preponderantemente, na industrialização e comercialização dos produtos da marca Natura para a Natura Cosméticos S.A. - Brasil, Natura Cosméticos S.A. - Chile, Natura Cosméticos S.A. - Peru, Natura Cosméticos S.A. - Argentina, Natura Cosméticos Ltda. - Colômbia, Natura Europa SAS - França e Natura Cosméticos de México, S.A. de C.V..
- Natura Cosméticos S.A. - Chile, Natura Cosméticos S.A. - Peru, Natura Cosméticos S.A. - Argentina, Natura Cosméticos Ltda. - Colômbia e Natura Distribuidora de México, S.A. de C.V.: suas atividades são semelhantes às atividades desenvolvidas pela controladora Natura Cosméticos S.A. - Brasil.
- Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda.: suas atividades concentram-se em desenvolvimento de produtos e tecnologias e pesquisa de mercado. É controladora integral da Natura Innovation et Technologie de Produits SAS - França, centro satélite de pesquisa e tecnologia inaugurado durante o ano 2007, em Paris.
- Natura Europa SAS - França: suas atividades concentram-se na compra, venda, importação, exportação e distribuição de cosméticos, fragrâncias em geral e produtos de higiene.
- Natura Cosméticos de México, S.A. de C.V.: suas atividades concentram-se na importação e comercialização de cosméticos, fragrâncias em geral e produtos de higiene pessoal para a Natura Distribuidora de México, S.A. de C.V..
- Natura Cosméticos y Servicios de México, S.A. de C.V.: suas atividades concentram-se na prestação de serviços administrativos e logísticos às empresas Natura Cosméticos de México, S.A. de C.V. e Natura Distribuidora de Mexico, S.A. de C.V..

- Natura Cosméticos España S.L.: encontra-se em fase pré-operacional e suas atividades consistirão nas mesmas atividades desenvolvidas pela controladora Natura Cosméticos S.A. - Brasil.
- Natura Logística e Serviços Ltda.: suas atividades concentram-se na prestação de serviços administrativos e logísticos para as sociedades sediadas no Brasil.
- Natura Innovation et Technologie de Produits SAS - França: suas atividades concentram-se em pesquisas nas áreas de testes "in vitro", alternativos aos testes em animais, para estudo da segurança e eficácia de princípios ativos, tratamento de pele e novos materiais de embalagens.
- Ybios S.A.: suas atividades concentram-se na pesquisa, na gestão, no desenvolvimento de projetos, produtos e serviços voltados para a área de biotecnologia, podendo, inclusive, firmar acordos e parcerias com universidades, fundações, empresas, cooperativas e associações, entre outras entidades públicas e privadas, na prestação de serviços na área de biotecnologia e na participação em outras sociedades.
- Natura Europa SAS - França e Natura Cosmetics USA Co.: em janeiro de 2009 as cotas correspondentes ao capital social dessas controladas foram conferidas como aporte de capital na empresa "holding" Natura (Brasil) International B.V. - Holanda, passando a Sociedade a possuir a correspondente participação indireta nessas empresas por intermédio dessa empresa "holding" sediada na Holanda.

Em relação às práticas das aplicações das demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRSs") emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB" e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como consolidado - IFRS e BR GAAP.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Para a empresa escolhida foi coletada e analisada o respectivo Relatório Anual comumente composta pela mensagem aos acionistas, aspectos da qualidade dos produtos; demonstrações contábeis (Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado do Exercício, Notas Explicativas), Balanço Social, Notas explicativas, e Parecer dos Auditores Independentes Sobre as demonstrações Contábeis. Com o objetivo verificar como esta sendo evidenciados os itens estudados por parte da empresa.

A empresa apresentou a posição econômico-ambiental, assim como sua estratégica de atuação neste setor, por meio de suas demonstrações financeiras, relatório anual e o orçamento sócio-ambiental.

A Natura foi eleita à segunda empresa mais sustentável do mundo pelo instituto de pesquisa canadense Corporate Knights. Também apontados como a 8ª companhia mais inovadora do mundo pela revista Forbes e tema de um case para a Havard Business School.

5.1 DEFINIÇÃO DE METAS PARA A POLÍTICA AMBIENTAL

A empresa segue o padrão proposto pelo Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social e as diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI), visa desenvolver e disseminar um modelo de comunicação sobre os impactos econômicos, sociais e ambientais nos negócios.

Na apresentação dos resultados econômico-financeiros, a empresa obedece ao padrão das normas contábeis

internacionais e segue as recomendações das principais entidades do mercado de capitais brasileiro, como a Associação dos Analistas e Profissionais de Investimentos do Mercado de Capitais, Apimec, e a Associação Brasileira das Companhias Abertas, Abrasca.

Também levou em conta aspectos como a clareza das informações e a facilidade de leitura, está estruturado em diversos capítulos e tem na sua abertura uma mensagem dos presidentes da Natura, seguida da Razão de Ser, Crenças, Visão e um perfil da companhia.

Na questão ambiental assume anualmente compromissos e metas para a evolução do desempenho socioambiental. As metas são muitas desafiadoras que chega até não atingi-las. No quadro abaixo segue os resultados do ano extraído do relatório anual 2011 completo.

META 2011	DESEMPENHO 2011	META 2012
AGUA		
Reduzir em 3% o consumo total de água por unidade faturada.	NÃO ATINGIDA O consumo de água foi elevado em 14%	Manter o consumo de água em 0,40 litro por unidade produzida no Brasil.
EDUCAÇÃO		
COLABORADORES		
Atingir 100 horas médias de treinamento, por colaborador, no Brasil.	NÃO ATINGIDA A Natura manteve a mesma média do ano anterior, de 90 horas.	Não há. O escopo da meta foi ampliado para incluir as Operações Internacionais (<i>veja abaixo</i>).
Registrar 88 horas médias de treinamento, por colaborador, em toda a Natura.	NÃO ATINGIDA A Natura registrou 85 horas.	Registrar 80 horas médias de treinamento, por Colaborador, em toda a Natura.
CONSULTORAS E CNOs		
Treinar 540 mil Consultoras e Consultores por tema.2.	ATINGIDA Registramos 566 mil CNs treinadas.	Treinar 1.005 mil Consultoras e Consultores por tema.2
Arrecadar R\$ 13 milhões com a venda dos produtos da linha Crer para Ver.	NÃO ATINGIDA Registramos arrecadação de R\$ 8,4 milhões.	Arrecadar R\$ 10,3 milhões com a venda de produtos da linha Crer para Ver no Brasil e R\$ 2,5 milhões nas Operações Internacionais.
Chegar a 134 mil CNs engajadas no Movimento Natura.	NÃO ATINGIDA Quase 123 mil CNs se envolveram no Movimento Natura.	Manter em 123 mil o número de Consultoras e Consultores engajados no Movimento Natura.

Atingir 13% de penetração das Consultoras e Consultores no programa Crer para Ver no Brasil.	NÃO ATINGIDA Índice foi de 9,5%.	Atingir 11% de penetração das Consultoras e Consultores no programa Crer para Ver no Brasil e 17,7% nas Operações Internacionais.
MUDANÇAS CLIMÁTICAS		
Reduzir as emissões relativas de gases de efeito estufa (GEE) em 33% até 2013, levando em consideração o inventário realizado em 2006.	EM ANDAMENTO Até 2011, a redução foi de 25,4%.	Reduzir as emissões relativas de GEE em 33% até 2013, levando em consideração o inventário realizado em 2006.
Reduzir as emissões de GEE relacionadas ao escopo 1 e 2 do GHG Protocol em 10% até 2012, tomando como base as emissões de 2008.	EM ANDAMENTO A variação acumulada de 2008 a 2011 apresentou aumento de 11%.	Reduzir as emissões de GEE relacionadas ao escopo 1 e 2 do GHG Protocol em 10% até 2012, tomando como base as emissões de 2008.
RESÍDUOS		
Reduzir em 3% o peso total de resíduos gerados por unidade faturada.	NÃO ATINGIDA Peso total dos resíduos gerados por unidade faturada cresceu 3%.	Manter em 20 gramas por unidade produzida a quantidade de resíduos gerada no Brasil.1
SOCIOBIODIVERSIDADE		
AMAZÔNIA		
Não havia.	-	Gerar R\$ 136 milhões em volume de negócios na Região Amazônica, considerando a Natura e outros parceiros.
Não havia.	-	Alcançar o índice de 12% de participação das matérias-primas da Amazônia no volume de compras de insumos da Natura.
COMUNIDADES FORNECEDORAS		
Aumentar em 25% os recursos destinados às comunidades.	NÃO ATINGIDA Os recursos foram ampliados em 15%.	Distribuir R\$ 12 milhões em riquezas para as comunidades fornecedoras.
IMPACTO DOS PRODUTOS		
Eliminar o conservante parabeno do portfólio como ingrediente de formulação até 1º de julho de 2011.	ATINGIDA A Natura excluiu os parabenos como ingrediente de formulação de todos os produtos do seu portfólio.	Não há previsão de substituição de novos ingredientes em 2012.

Para cumprir as metas propostas, a Natura investe em suas sociedades controladas de acordo com os objetivos de cada sociedade para que sejam alcançados os resultados. Em 2011, realizou o maior investimento da história, investiram cerca de R\$ 350 milhões para ampliação de produção, evolução do modelo logístico maior e melhor uso da

tecnologia da informação, considerado indispensáveis para a sustentação do crescimento. Trabalhou na mudança de patamar da infraestrutura para que os produtos cheguem cada vez mais rápido às mãos das consultoras, com redução do custo do pedido e das emissões dos gases causadores do aquecimento global.

Em 2007, a Sociedade assumiu com seus colaboradores, clientes, fornecedores e acionistas o compromisso de ser uma empresa Carbono Neutro, que consiste em neutralizar suas emissões de Gases do Efeito Estufa - GEE, em sua cadeia completa de produção, desde a extração das matérias-primas até o pós-consumo. Esse compromisso, apesar de não ser uma obrigação legal, já que o Brasil não adotou as exigências do protocolo de Kioto, é considerado uma obrigação construtiva, conforme o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, que determina o reconhecimento de uma provisão nas demonstrações contábeis se esta for passível de desembolso e mensurável.

6 CONCLUSÃO

Diante do que foi descrito e analisado neste estudo pode-se concluir que as normas contábeis disponíveis que abordam a contabilidade ambiental são suficientes e eficazes no atendimento das necessidades de informações a acionistas e demais interessados, como fornecedores, clientes, empregados, governo.

Teve como alvo a avaliação dos princípios e normas contábeis aplicáveis ao reconhecimento, classificação, mensuração, contabilização e evidenciação dos eventos econômicos da natureza ambiental, descrevendo, apresentando as normas aplicáveis aos eventos econômicos no meio ambiente o que foi feito por meio de estudo na empresa Natura Cosméticos S.A.

Deste modo proporcionou um maior conhecimento para a autora e seus leitores sobre as formas de divulgação das informações ambientais, de como são feitas as mensurações em uma entidade.

A pesquisa é uma etapa que proporciona ampliar seus conhecimentos sobre a área escolhida e possibilita o aprimoramento técnico, científico e profissional.

REFERÊNCIAS

AURÉLIO. Dicionário Aurélio Eletrônico - Século XXI. 1999. Editora Nova Fronteira. Versão Eletrônica de Lexikon Informática Ltda.

BRASIL. Resolução CFC nº. 750, de 29 de dezembro de 1993. Dispõe sobre os Princípios Fundamentais de Contabilidade. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 29 dez. 1993. Disponível em: <http://www.portaldecontabilidade.com.br/nbc/res750.htm> >. Acesso em: 28 maio. 2011

BERGAMINI JR., Sebastião. Contabilidade e Riscos Ambientais. Revista do BNDS, Rio de Janeiro, v.6, n.11, p.97-116, jun. 1999.

Comitê de Pronunciamento Contábil - CPC. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/index.php>>. Acessado em 8 maio de 2012.

Comissão de Valores Mobiliários. Disponível em: <http://www.cvm.gov.br/port/snc/pareceres_new.asp>. Acessado em 25 abr. 2012

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 175p.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999. 206p.

HENDRIKSEN, Eldon S.; VAN BREDA, Michael F.. Teoria da Contabilidade. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

IBRACON. **Normas e procedimentos de auditoria. NPA 11 - Balanço e Ecologia**.1996.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1997. 330p.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da contabilidade**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

Lei 6.938, de agosto de 1981. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm>. Acessado em 20 maio 2012.

Lei 7.735, de 22 de fevereiro de 1989. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7735.htm>. Acessado em 23 maio 2012.

Lei 11.638 de 2007. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20072010/.../lei/111638.htm>. Acessado em 23 de maio de 2012.

MARTINS, Eliseu. Contribuição a avaliação do ativo intangível. 1972. Tese (Doutorado) - Faculdade de Economia, Administração e contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo.

MARTINS, E. & DE LUCA, M. M. M. **Ecologia via Contabilidade. Revista Brasileira de Contabilidade.** Brasília: CFC, ano-23, nº86, março 1994.

Natura Cosméticos S.A: Relatório Anual de 2011 completo. Disponível em <<http://www.natura.net/br/investidor.html>>. Acessado em: 19 maio 2012.

PONTE, Vera Maria Rodrigues; OLIVEIRA, Marcelle Colares. A Prática da Evidenciação de Informações Avançadas e Não Obrigatórias nas Demonstrações Contábeis das Empresas Brasileiras. Revista Contabilidade e Finanças - USP. São Paulo, n. 36, p. 7-20, set./dez. 2004.

RAUPP, Elena Hahn. Desenvolvimento Sustentável: a Contabilidade num Contexto de Responsabilidade Social de Cidadania e de Meio Ambiente. Revista de Contabilidade do CRC SP. São Paulo, Ano VI, n. 20, p. 46-60, jun. 2002.

RIAHI-BELKAOUI, Almed. Corporate social awareness and financial outcomes. 1.ed.London.

RIBEIRO, Maisa de Souza. Contabilidade e Meio Ambiente. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo-USP, São Paulo, 1992.

RIBEIRO, Maisa de Souza. Contabilidade Ambiental. São Paulo: Saraiva, 2005.

RIBEIRO, M. S. **Contabilidade Ambiental.** São Paulo: Ed. Saraiva, 2006.

SILVA, Antônio Carlos Ribeiro. **Metodologia da pesquisa aplicada à Contabilidade:** orientações de estudo, projetos, artigos, relatórios, monografias, dissertações, teses. São Paulo: Atlas, 2003. 181p.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio; KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. Contabilidade e Gestão Ambiental. São Paulo: Atlas, 2004.

VERGARA, Sylvia Constant. Projetos e relatórios de pesquisa em administração. 12 ed. São Paulo: Atlas, 2010.